

**“HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE SUCATA FERROSA E
NÃO FERROSA”**

CONDIÇÕES GERAIS

PROC.º 1/HP/DCOP/2017

INDICE

1. OBJETO.....	3
2. CONSULTA DO PROCESSO E OBTENÇÃO DE CÓPIAS	3
3. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS	4
4. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA	4
5. PRAZO	5
6. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA	5
7. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
8. ENTREGA DAS PROPOSTAS	6
9. PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES	6
10. EXCLUSÕES.....	6
11. LOCAL, DIA E HORA DO ACTO PÚBLICO	7
12. VALOR BASE	8
13. DA COMISSÃO	8
14. TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO	9
15. ADJUDICAÇÃO	10
16. RECLAMAÇÕES.....	11
17. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	11
18. CAUÇÃO	11
19. DISPOSIÇÕES FINAIS	11

1. OBJETO

1. Constitui objeto da presente Hasta Pública a alienação e encaminhamento a destino final de sucata ferrosa e não ferrosa existente no Parque Municipal de Materiais e Viaturas de Trajouce, proveniente de demolições e limpezas municipais pelo prazo de 3 anos ou até à aquisição de 100.000 Kg de material ferroso e de 7.500 Kg de material não ferroso.
2. Os materiais objeto de alienação são compostos pelas seguintes categorias:
 - i) Ferro;
 - ii) Inox;
 - iii) Alumínio;
 - iv) Cobre;
 - v) Baterias.

Os materiais de sucata a alienar constituem um resíduo, na aceção do disposto na alínea ee) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, e no Anexo III, do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, e classificados na lista europeia de resíduos.

2. CONSULTA DO PROCESSO E OBTENÇÃO DE CÓPIAS

- 1- O processo encontra-se patente na Direção Municipal das Áreas de Gestão (DMAG) - Divisão de Contratação Pública (DCOP), sita no Edifício Cascais Center, Rua Manuel Joaquim Avelar, número 118, Piso 1, 2750 – 421 Cascais, onde pode ser consultado, no horário das 9.30 – 17.00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao dia e hora da abertura do Ato Público da Hasta Pública.
- 2- Os interessados poderão obter as peças do procedimento desde que solicitadas para o endereço dcop@cm-cascais.pt, até 2 (dois) dias antes do termo do prazo fixado para a entrega das propostas, sem prejuízo das mesmas se encontrarem disponíveis no sítio do Município de Cascais www.cm-cascais.pt.
- 3- As peças do procedimento patenteadas a concurso quando solicitadas nos termos n. 2 serão enviadas aos interessados pelo mesmo meio em formato PDF.

3. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS

- 1 A entidade que preside à Hasta Pública é o Município de Cascais representada pela Comissão para tal designada, com sede no Edifício Cascais Center, Rua Manuel Joaquim Avelar, número 118, Piso 1, 2750 – 421 Cascais.
- 2 Quaisquer pedidos de esclarecimento relativos a quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas deverão ser apresentados, por escrito, àquela Comissão, através do seguinte endereço dcop@cm-cascais.pt dentro do primeiro terço do prazo fixado para entrega das propostas.
- 3 Os esclarecimentos a que se refere o ponto anterior são prestados para o endereço de e-mail que remeter o pedido, pela Comissão, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para entrega das propostas.
- 4 Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas e proceder-se-á, imediatamente, à divulgação desse facto, desde que os esclarecimentos prestados levem a uma melhor compreensão e interpretação daquelas peças.
- 5 Os proponentes interessados podem verificar as características dos materiais idênticos e similares a alienar no Parque Municipal de Materiais e Viaturas de Trajouce, sito na Rua Cabeço de Cação, em Trajouce, no horário das 9.00 horas às 17.00 horas, telefone n.º 21 445 6513, todos os dias úteis desde a data da publicação do Edital da presente Hasta Pública, até ao último dia de apresentação das propostas.

4. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA

Apenas se podem habilitar à presente Hasta Pública, empresas em nome individual ou pessoas coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no Anexo I das presentes Condições Gerais, e que estejam classificadas como operadores no âmbito da alínea r) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, licenciadas pela Agência Portuguesa de Ambiente que estejam habilitadas para o exercício de gestão de resíduos, nomeadamente para as atividades de recolha, transporte, valorização e descontaminação de materiais constituídos por materiais ferrosos e não ferrosos.

5. PRAZO

A recolha e remoção dos materiais vigorará por 3 anos ou até à aquisição de 100.000 Kg de material ferroso e 7.500 Kg de material não ferroso que se encontre no Parque Municipal de Materiais e Viaturas de Trajouce, com início previsto para 1 de março de 2017.

6. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

A proposta deverá ser instruída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao presente programa de concurso;
- b) Declaração conforme modelo Anexo II das presentes Condições Gerais;
- c) Documentação comprovativa de que o candidato é operador autorizado com competência para o exercício da atividade de gestão de resíduos, nomeadamente para as atividades de recolha, transporte, valorização e descontaminação de resíduos constituídos por metal, de acordo com a alínea p) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho;
- d) Certidão comprovativa da situação tributária e contributiva regularizada.

7. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os documentos, mencionados nas alíneas c) e d) do ponto 6. supra, são apresentados em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra “**DOCUMENTOS**”, indicando-se o nome ou a denominação social do concorrente.
2. A proposta de preço, elaborada nos termos do Anexo II, é apresentada em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra “**PROPOSTA**”.
3. Os dois invólucros referidos nos pontos anteriores são, por sua vez, guardados num outro invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra

4. “**SOBRESCRITO EXTERIOR**”, bem como a designação da Hasta Pública e da entidade que a lançou.
5. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa ou, no caso de o não ser, vir acompanhada da tradução devidamente autenticada em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

8. ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 1 As propostas devem ser remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de receção ou entregues diretamente: Câmara Municipal de Cascais, Direção Municipal das Áreas de Gestão (DMAG)/Divisão de Contratação Pública (DCOP), sita no Edifício Cascais Center, Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118 – Piso 1, 2750-421 Cascais, **até às 16:00 horas do 10.º dia útil a contar da data de publicação do anúncio da hasta pública.**
- 2 Se o envio da proposta for feito pelo correio, a Câmara Municipal declinará qualquer responsabilidade pelos atrasos que porventura venham a ocorrer, não se aceitando qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos dirigidos à hasta pública se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.
- 3 As propostas apresentadas são listadas e ordenadas de acordo com a sua entrada na DMAS/DFP/DCOP.

9. PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas (isto é, sujeitas a condição) ou que envolvam alterações ou variantes a cláusulas do Caderno de Encargos.

10. EXCLUSÕES

Constitui causa de exclusão das propostas:

- a) O não cumprimento do prazo fixado previsto no n.º 1 do ponto 8 das Condições Gerais;
- b) A não observação do disposto no ponto 7 das Condições Gerais;

- c) A falta dos elementos exigidos nos termos do ponto 6 das Condições Gerais;
- d) A apresentação de valores, para cada categoria de material, inferiores aos valores base de licitação definidos no ponto 12 das Condições Gerais.

11. LOCAL, DIA E HORA DO ACTO PÚBLICO

- 1 O ato público da hasta pública realizar-se-á, pelas 10.30 horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho no dia útil imediatamente seguinte à data limite para apresentação das propostas;
- 2 A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma Comissão nomeada para o efeito pela Câmara Municipal, sendo constituída por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, sem prejuízo de, por razões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais.
- 3 Só podem intervir no ato público os proponentes e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente credenciados, bastando, para tanto, no caso de intervenção do titular de empresa em nome individual, a exibição do seu bilhete de identidade, e no caso de intervenção dos representantes de sociedades ou agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respetivos bilhetes de identidade e de uma credencial passada pela empresa em nome individual, sociedade ou agrupamento, da qual conste o nome e o número do bilhete de identidade dos representantes.
- 4 Entende-se por credencial o documento emitido pela empresa representada da qual constem, além dos poderes conferidos, a(s) assinatura(s) do(s) seu(s) gerente(s), administrador(es) ou mandatário(s) com poderes bastantes, invocando a qualidade em que o fazem.

12. VALOR BASE

- 1 Os valores base, para cada tipo de categoria de material que se pretende alienar, são os seguintes:

CATEGORIA DE MATERIAL	QUANTIDADE (Kg)	PREÇO POR Kg	PREÇO TOTAL (€)
Ferro	100.000	€ 0,15	€ 15.000,00
Inox	1.000	€ 0,65	€ 650,00
Alumínio	1.000	€ 0,65	€ 650,00
Cobre	500	€ 3,00	€ 1.500,00
Baterias	5.000	€ 0,55	€ 2.750,00
TOTAL			€ 20.550,00

- 2 Os valores indicados não incluem IVA de harmonia com o disposto no número 13.º, do artigo 35.º do Código do IVA, consubstanciado no facto de ter entrado em vigor a Lei n.º 33/2006, de 28 de Julho, em que se aplica a regra de inversão do sujeito passivo na liquidação do IVA em matéria de tributação de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis.

13. DA COMISSÃO

1.A praça é dirigida por uma Comissão, composta por número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes.

2.A base de licitação é a constante da tabela inscrita no ponto 12 das presentes Condições Gerais, de acordo com a categoria de material e por tonelada;

14. TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO

- 1 Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da hasta pública e à abertura dos sobrescritos exteriores recebidos, bem como aos **DOCUMENTOS** mencionados no n.º 1 do ponto 7, mantendo-se inviolados os invólucros das **PROPOSTAS** a que alude o n.º 2 do ponto 7.
- 2 A Comissão procede depois à leitura da lista de proponentes, elaborada de acordo com a ordem de entrada das propostas.
- 3 Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos proponentes e dos seus representantes.
- 4 Os invólucros das **PROPOSTAS** são guardados num invólucro opaco e fechado, que deve ser assinado pelos membros da Comissão e pelos proponentes ou seus representantes no ato público.
- 5 De seguida interrompe-se o ato público para a comissão proceder, em sessão privada, à análise dos **DOCUMENTOS** apresentados pelos candidatos.
- 6 A Comissão rubrica, por maioria dos seus membros, os documentos mencionados no ponto anterior, e procede à sua análise, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos proponentes, sendo que são excluídos os proponentes que não apresentem os documentos solicitados na alínea c) e d) do ponto 7, ou que os mesmos não se encontrem de acordo com o solicitado.
- 7 Tornada pública a sessão, a Comissão transmite as deliberações tomadas, dando-se continuidade ao ato público ou fixando-se dia e hora para a continuação do mesmo.
- 8 Depois a Comissão procede à abertura dos invólucros das **PROPOSTAS** a que se refere o ponto 7.2 que contem o documento referido na alínea b) do ponto 6.

15. PROCEDIMENTO

1. Inicia-se a praça com a abertura das propostas recebidas, havendo lugar a adjudicação provisória do proponente cuja proposta apresente valor global mais elevado, sendo esta adjudicação de imediato anunciada.
2. Caso haja empate no valor global das propostas, haverá lugar a licitação, a partir do valor base indicado no anúncio da hasta pública.
3. O valor mínimo de cada lanço para cada categoria de material é a seguinte:

CATEGORIAS DE MATERIAIS	LANÇO MINIMO POR KG
Ferro	0,02
Inox	0,04
Alumínio	0,04
Cobre	0,05
Bateriais	0,03

4. Considera-se para efeitos de abertura da licitação, o valor proposto nas propostas empatadas.

5. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

16. ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação é efetuada no final da praça, terminada a licitação, a quem tiver oferecido o valor total mais elevado para cada tonelada em cada uma das categorias de material a alienar, sendo que em caso de empate a adjudicação será feita ao proponente que apresentar o valor mais elevado para a categoria de ferro.
2. A Comissão elabora o respetivo auto de arrematação provisório, que é assinado pelos membros da Comissão e pelo arrematante provisório ou pelo seu representante, se estiver presente;
3. A adjudicação definitiva é da competência da Câmara Municipal de Cascais, sendo após aprovação em reunião de Câmara, notificado o arrematante do respetivo ato de adjudicação, cuja proposta foi admitida.
4. Não há lugar a adjudicação provisória:
 - a) Se não tiverem sido apresentadas propostas válidas;
 - b) Se não tiver ocorrido licitação nos termos do n.º 9 do ponto 14;
 - c) Quando, existindo fundados indícios de conluio entre os proponentes, a Comissão considerar não estar devidamente salvaguardado o interesse municipal;
 - d) Outra causa justificativa.

5. Verificando-se a situação prevista no número anterior, fica a Direção Municipal das Áreas de Gestão autorizada a alienar os materiais ferrosos e não ferrosos através de negociação directa com eventuais interessados na compra, com base no valor fixado no quadro apresentado no n.º 1 do ponto 12 das presentes Condições Gerais.

17. RECLAMAÇÕES

1. Das deliberações da Comissão cabe recurso hierárquico facultativo para o Senhor Presidente da Câmara Municipal.
2. As reclamações e o recurso hierárquico facultativo têm que ser obrigatoriamente interpostos no ato da praça pública e podem consistir em declarações ditadas diretamente para a ata.
3. Nas situações previstas no número anterior, a Comissão deve suspender a praça, fixando desde logo o seu reinício para os 15 (quinze) dias úteis seguintes ao da deliberação sobre o recurso.

18. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Todos os proponentes estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os preços resultantes das licitações, pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do primeiro dia de realização do ato público.

19. CAUÇÃO

Não é exigível a apresentação de caução no presente procedimento de hasta pública.

20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja especialmente previsto, aplica-se com as necessárias adaptações, o regime previsto para as Hastas Públicas no Decreto-Lei n.º 280/2007 de 07 de Agosto, e demais legislação complementar, o Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro e a legislação geral de resíduos contida no Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de junho.